**EDITAL Nº 003/2013 – DEaD/UNIFAP**

**ANEXO III**

**EMENTAS DAS DISCIPLINAS – 2º SEMESTRE DE 2013**

**Disciplina – Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro**

**Objetivo**

Essa disciplina tem por objeto levar o aluno a compreender como o Estado e a sociedade foram se modificando e desenvolvendo no Brasil, a partir da Primeira República, até chegar à conformação em que se encontram atualmente.

**Ementa**

A adequada compreensão de longos e complexos processos de transformação social, como os experimentados pelo Brasil desde a proclamação da República até os dias de hoje, repousa sobre um conjunto variado de saberes produzidos por diferentes disciplinas, como a história, a sociologia, a economia, a administração, o direito e a ciência política. Para que esses vários conhecimentos possam ser devidamente associados e adequadamente assimilados, faz-se necessária a adoção de uma perspectiva interdisciplinar e histórica afim de costurálos com a linha do tempo. Assim, interdisciplinaridade e contextualização histórica são os eixos fundamentais que devem orientar o desenvolvimento desta disciplina. Desenvolvimento econômico, mudança social e centralização e descentralização político-administrativas no Brasil: Da República oligárquica à República democrática do Século XXI.

● Federalismo e governo de elites na primeira República (ABRÚCIO, 1998, Cap 1; BRESSER-PEREIRA, 2001);

● Centralização, autoritarismo e políticas sociais no período Vargas (1930- 1945) (SOUZA, 1976, Cap. IV; SANTOS, 1979, Cap. 4);

● Democracia e desenvolvimento sob a Segunda República (1946-1964) (SOUZA, 1976, Cap. V; LESSA, 1983, SOARES, 1973); e

● Autoritarismo e redemocratização (ABRÚCIO, 1998, Cap. 2; BRESSER-PEREIRA, 2001; SANTOS, 1979, Cap. 5; REIS, 1978; DINIZ, 1997).

**Referências Básicas**

ABRUCIO, Fernando L. **Os barões da federação**: os governadores e a

redemocratização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1998. Cap. 2, “A passagem do

modelo unionista-autoritário para o federalismo estadualista: a origem do novo poder

dos governadores”, p.59-108.

BRESSER-PEREIRA Luiz C. Do estado patrimonial ao gerencial. In: Pinheiro,

Wilheim e Sachs (Org.). **Brasil**: Um Século de transformações. São Paulo: Cia. das

Letras, 2001. p. 222-259.

DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da

construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, Eli; AZEVEDO,

Sérgio de. (Org.). **Reforma do Estado e democracia no Brasil**. Brasília: UnB,

1997.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Partidos políticos na Câmara dos

Deputados, 1989-1994. In: **DADOS**, vol. 38, n. 3, 1995.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense,

1983.

MARTINS, Luciano. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64**. São Paulo:

Paz e Terra, 1985.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista e o ornitorrinco**. S. Paulo:

Boitempo, 2003.

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. I

e II.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo: Difusão

Européia do Livro, 1973.

SOUZA, Maria C. C. **Estado e partidos políticos no Brasil, 1930-1964**. São Paulo:

Alfa-Ômega, 1976. Cap. IV, “Os mecanismo da centralizaç ao” p. 83-104.

**Referências Complementares**

ALMEIDA, Maria H. T. Federalismo e políticas sociais. In: **Rev. bras. Ci. Soc**, 1995,

vol.10, n. 28, p. 88-108.

FLEURY, Maria T. Leme, FISCHER, Rosa M. **Cultura e poder nas organiza鋏es**.

São Paulo: Atlas, 1997.

GOULART, Jefferson O. Orçamento participativo e gestão democrática no poder

local. In: **Revista de Cultura e Política**, 2006, vol., n. 69.

LAMOUNIER, Bolívar; SOUZA, Amaury de. Democracia e reforma institucional no

Brasil: uma cultura política em mudança. In: **Dados**, v. 34, n.3, 1991, p.311-348.

LAVINAS, Lena; MAGINA, Manoel A.; COUTO E SILVA, Mônica. **Federalismo e**

**regionaliza鈬o dos recursos p炻licos**. Rio de Janeiro : IPEA, 1995. [Textos para

discussão n. 369].

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. **Os partidos pol咜icos brasileiros**: a experiência

federal e regional, 1945-1964. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa interpretação sociológica.

In: **Histia geral da civiliza鈬o brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1975. Tomo III – O

Brasil Republicano, Livro 1, 1975. Cap. 3.

REIS, Fábio Wanderley (Org.). **Os partidos e o regime**: a lógica do processo

eleitoral brasileiro. São Paulo: Símbolo, 1978.

VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.). **Governabilidade, sistema pol咜ico e**

**viol麩cia urbana**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

**Disciplina – Estado, Governo e Mercado**

**Objetivo**

Essa disciplina enfoca as complexas relações entre Estado, governo e mercado nas sociedades capitalistas contemporâneas. Partindo das duas matrizes teóricas que explicam as relações entre Estado e sociedade no sistema capitalista – a liberal e a marxista –, a disciplina analisa criticamente as diversas interpretações concorrentes e/ou sucessivas sobre as sempre tensas e dinâmicas relações entre Estado, governo e mercado.

**Ementa**

Os atores envolvidos na esfera pública sejam eles governantes, funcionários, fornecedores, clientes, beneficiários, usuários de serviços públicos ou agentes objetos da regulação estatal, movem-se e posicionam-se no espaço público orientados por uma ou mais concepções teóricas concorrentes sobre as relações entre Estado, governo e mercado nas modernas sociedades capitalistas. Por essa razão, é fundamental aos gestores públicos, em exercício ou em formação – independentemente da esfera de governo em que atuem ou venham a atuar –, conhecer os diferentes fundamentos e lógicas que orientam a ação dos agentes envolvidos (stakeholders).

● Relações entre Estado, governo e mercado na sociedade contemporânea, segundo as principais concepções e teorias: marxistas (PRZWORSKY, 1995) e liberais (SARTORI, 1997).

● Desafios teóricos e políticos colocados aos analistas e atores políticos pelas mudanças produzidas sob o capitalismo contemporâneo (BOBBIO, 1983; GUIDDENS, 1996; ANDERSON, 1996).

**Referências Básicas**

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (Org.) **Pósneoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e

Terra, 1996. p. 9-23.

BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. **Sociedade e Estado na filosofia política moderna**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_\_. **Qual socialismo**? São Paulo: Paz e Terra, 1983. “Quais as alternativas à democracia representativa?”, p. 55-74.

\_\_\_\_\_\_. Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DAHL, Robert. **Um prefácio à teoria democrática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989. Cap. 3 – A democracia poliárquica.

GIDDENS, Anthony. **Para além de esquerda e direita**. São Paulo: UNESP, 1996. “Introdução”, p. 9-30.

\_\_\_\_\_\_\_. **O Mundo na Era da Globalização**. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

HAM, Cristopher; HILL Michael. **O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno**. Campinas, 1996. (tradução para o português de The policy process in the modern capitalist state. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp). Capítulos 2 e 3 (p. 39-91).

O’DONNELL, Guillermo. Anotações para uma teoria do Estado. In: **Revista de Cultura e Política**, n. 4, 1981.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.

OSZLAK, Oscar. Estado y sociedad:¿nuevas reglas de juego? Reforma Y Democracia. **Revista del CLAD**. N.9 (Oct. 1997), p. 7-61

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

PRZWORSKY, Adam. **Estado e economia no capitalismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. Parte 3, “O governo do capital”, p. 87-115.

SANTOS, Wanderley G. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978. “A práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa”, pp. 67-117.

SARTORI, Giovanni. **Teoria democrática**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1965. Cap. XV, “Liberalismo e democracia”, p. 366-393.

\_\_\_\_\_\_\_\_. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, 1997. Cap. 6, “A democracia vertical”, p.181-245.

**Referências Complementares**

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro:

Zahar Editora, 1984.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Rio de Janeiro, LCT, 1998.

**Disciplina – Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública**

**Objetivo**

O objetivo dessa disciplina é a de sistematizar as noções básicas e introduzir as potencialidades e limites da aplicação dos Indicadores nas diversas etapas do ciclo de formulação e avaliação de Políticas Públicas no Brasil. Ao apresentar as diferentes fontes de dados, pesquisas, relatórios sociais e sítios de informação estatística e indicadores procura-se oferecer aos estudantes os insumos básicos para elaboração de diagnósticos socioeconômicos abrangentes que subsidiam a proposição de programas sociais, bem como permitir a construção de sistemas de indicadores que viabilizem o monitoramento contínuo da ação governamental.

**Ementa**

As atividades de formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas vêm requerendo, em nível crescente, o uso de informações estatísticas e indicadores referidos às diferentes áreas de atuação governamental. Indicadores fornecem bases mais consistentes para justificar a demanda de recursos para um determinado projeto social a ser encaminhado a alguma instância de governo ou agência de fomento, para sustentar tecnicamente a relevância dos programas especificados nos Planos Plurianuais ou para monitorar periodicamente os efeitos da ação governamental. Diagnósticos socioeconômicos com escopo abrangente e com detalhamento geográfico adequado são insumos básicos para orientar o planejamento governamental e para formulação de programas públicos mais ajustados à natureza e gravidade dos problemas sociais vivenciados. Sistemas de Monitoramento, por sua vez, contribuem para a gestão mais eficiente dos programas sociais. Enfim, os indicadores socioeconômicos são a base informacional de Diagnósticos para Programas Sociais e Sistemas de Monitoramento. Além da aplicabilidade nas atividades inerentes à gestão de políticas públicas, nos últimos anos, os indicadores vêm sendo usados para conferir maior transparência, accountability e controle social do gasto público. Os órgãos de controle, como as controladorias e tribunais de contas, passaram a avaliar o desempenho dos programas e dos órgãos públicos com base não apenas na legalidade dos atos, mas nos indicadores de desempenho estabelecidos. Respondendo a essas demandas o IBGE, as agências e departamentos de estatísticas dos Ministérios e várias outras instituições públicas vêm produzindo e organizando um conjunto mais amplo de dados e indicadores sociais, econômicos e ambientais, disponibilizando-o em diferentes suportes e formatos como publicações, CD-ROMs e aplicativos de consulta na Internet. Conceitos básicos sobre Indicadores Sociais:

● Introdução histórica;

● Indicadores Sociais: do conceito às medidas;

● Indicadores e os diagnósticos socioeconômicos;

● Principais Pesquisas e Fontes de Dados e de Indicadores Sociais;

● Principais produtores de dados e indicadores no Brasil;

● Os Censos Demográficos;

● As Pesquisas Amostrais e Institucionais do IBGE;

● Registros Administrativos, Cadastros Públicos e Dados de Programas;

● Introdução às fontes de dados e indicadores econômicos;

● Dados e Indicadores Econômicos;

● Principais boletins de conjuntura; e

● Principais pesquisas econômicas do IBGE.

**Referências Básicas**

FEIJÓ, C. et al. **Para entender a conjuntura econômica**. Barueri, Manole, 2008, p.

1-60.

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. IDH – Indicadores sintéticos e suas

aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. **Revista Brasileira**. Est.

Urbanos e Regionais, Salvador, 7 (1):73-89, 2005.

JANNUZZI, Paulo M. **Indicadores Sociais**: conceitos básicos para uso na avaliação

e formulação de políticas. Campinas: Alínea 2001, p.11-63.

JANNUZZI, P. M.; SOBRINHO, H. C. **Informação econômica no Sistema**

**Estatístico Brasileiro**. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 15, n. 1, p. 75-90, 2005.

SANTAGADA, S. **Indicadores sociais**: uma primeira abordagem histórica.

Pensamento Plural, Pelotas [01]: 113-142, julho/dezembro, 2007.

**Referências Complementares**

CARDOSO, Regina L. S. **Elaboração de indicadores de desempenho**

**institucional e organizacional no setor público**. São Paulo: CEPAM, 1999.

CARLEY, Michael. **Indicadores sociais**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Zahar,

1985.

CASTRO, M. H. Sistemas nacionais de avaliação e informações educacionais.

**Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 121-128, 2000.

DEDDECA, Cláudio. Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho. In:

Oliveira, C. A. B. et al. **Economia & Trabalho**: textos básicos. Campinas. Ed. Inst.

Economia/UNICAMP, 1998.

GARCIA, R. C. **Subsídios para organizar avaliações da a鈬o governamental**.

Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, 23-7:70,2001.

HAKKERT, Ralph. **Fontes de dados demográficos**. Belo Horizonte, ABEP, 1996.

Disponível em: <www.abep.org.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

IBGE. **Indicadores sociais municipais**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em:

<www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

\_\_\_\_\_\_. **Síntese de Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em:

<www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

\_\_\_\_\_\_. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro, 2006.

Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

IPEA. **Boletim de Políticas Sociais**. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_\_. **Objetivos de Desenvolvimento do Mil麩io**: Relatório Nacional de

Acompanhamento. Brasília, 2005. Disponível em: Acesso em:

22 jun. 2009.

JANNUZZI, P. M.; GRACIOSO, L. A produção e a disseminação da informação

estatística pelas agências estaduais no Brasil. **Revista São Paulo em Perspectiva**.

São Paulo, v. 16, n. 3, p. 92-103, 2002.

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de

programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**. Brasília 56 (2): 137-160,

abr/jun 2005.

MENDONÇA, L. E.; SOUTO DE OLIVEIRA, J. **Pobreza e desigualdade**:

repensando pressupostos. Observatório da Cidadania. Rio de Janeiro, n. 5, 2001.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Indicadores de atenção básica na saúde.** Brasília:

RIPSA, 2002.

NAHAS, M. I. P. et al. Metodologia de construção do Índice de Qualidade urbana dos

municípios brasileiros. **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos**

**Populacionais**. Caxambu, setembro de 2006. Disponível em:

<http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\_420.pdf>.

Acesso em: 22 jun. 2009.

PNUD. **Relatio do Desenvolvimento Humano**. Lisboa, 2007. Disponível em:

<www.pnud.org.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

RATTNER, H. **Indicadores sociais e planificação do desenvolvimento**. 2007.

Disponível em: <www.abdl.org.br/rattner>. Acesso em: 22 jun. 2009.

ROCHA, S. **Pobreza**: do que se trata afinal. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 43-76.

SCANDAR, W. J.; JANNUZZI, P. M.; SILVA, P. L. N. **Sistemas de indicadores ou**

**indicadores sintéticos**: do que precisam os gestores de programas sociais? Bahia

Análise & Dados, Salvador, v. 17, n. 4, p. 1.191-1201, 2008.

TORRES, H. G. Demografia urbana e políticas sociais. **Rev. Bras. Est. Pop**. São

Paulo, v. 23, n. 1, p. 27-42, jan./jun. 2006

**Disciplina – O Estado e os Problemas Contemporâneos**

**Objetivo**

O objetivo desta disciplina é, a partir da análise do contexto brasileiro atual, colocar em destaque problemas de natureza política, social e econômica cujo equacionamento não poderá ocorrer sem uma ativa participação do Estado; seja por intermédio de políticas públicas focalizadas, seja através da geração de um ambiente que permita um processo de negociação mais adequado entre os atores com eles envolvidos. Uma questão a tratar é o processo, que parece estar ocorrendo, de crescente apropriação do público pelo privado. Esclarecer as características desse processo e evidenciar os procedimentos envolvidos, a partir da consideração desse tipo de problemas, é um dos objetivos da disciplina.

**Ementa**

Problemas de cunho socioeconômico, como os relacionados à distribuição de renda e riqueza; à geração de trabalho e renda; à inclusão social; à realização de reformas; ao aumento da transparência e da participação popular, serão, muito provavelmente, priorizados. As trajetórias das políticas públicas concernentes a esses problemas, e os efeitos da inclusão da agenda neoliberal no seu processo de elaboração, serão estudadas a partir dos instrumentos usualmente empregados para analisar a conjuntura: reformas e coalizões.

● Tema com abrangência nacional, regional ou local definido pela Coordenação do Curso.

**Referências Básicas**

ITUASSU Arthur; ALMEIDA Rodrigo (Org.) **O Brasil tem jeito?** Vol. 2: educação,

saúde, justiça e segurança. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falárias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo:

Cortez; Brasília: UNESCO, 2001. Cap. 3 “Como reformar o estado para enfrentar os

desafios sociais do século XXI?”, p. 69-103.

**Referências Complementares**

INSTITUTO DNA BRASIL. **50 brasileiros param para pensar a vocação do país**.

São Paulo: Instituto DNA Brasil, 2005.

**Disciplina – O Público e o Privado na Gestão Pública**

**Objetivo**

Essa disciplina tem por objetivo delimitar com clareza para o aluno as diferenças entre a esfera privada, que é o âmbito de atuação por excelência do administrador de empresas, e a esfera pública, na qual se situa a Administração pública e age o gestor público.

**Ementa**

Tradicionalmente, os poucos cursos de administração pública oferecidos no país partem do núcleo duro das teorias e disciplinas que compõem os currículos de administração de empresas, a ele acrescentando alguns outros temas e matérias mais diretamente ligados à gestão dos negócios públicos pelo Estado. Esse ponto de partida deixa de pôr suficientemente em relevo a diferença fundamental entre a esfera pública e a privada, da qual derivam todas as demais diferenças teleológicas, organizacionais e funcionais existentes entre as organizações do Estado e as da sociedade civil, sejam elas empresas, sindicatos e associações com ou sem fins lucrativos. Por ser essencial ao gestor público ter absoluta clareza dessa diferença, de forma a poder exercer adequadamente as suas funções e atribuições com as quais ele se encontra investido na qualidade de servidor público, é que esta disciplina foi inserida no módulo básico deste curso. Da precisa separação entre esfera pública e esfera privada, que remonta ao Direto Romano, mas que só recentemente adquiriu os seus contornos mais definidos nas sociedades contemporâneas do Ocidente, é que decorrem todas as demais diferenciações relevantes para o agente público: de um Direito Público e de um Direito Privado; a separação entre Estado e sociedade civil; a delimitação dos poderes dos governantes em relação ao conjunto do Estado e aos cidadãos.

● A dicotomia público-privado: a primazia do público sobre o privado; as fronteiras entre o público e o privado; as prerrogativas do Estado sobre os agentes privados; os direitos do cidadão e os deveres do estado; interesses privados e interesses coletivos; Instituição e organização; organizações públicas e organizações privadas.

● O servidor como agente da ação do Estado: os diferentes agentes públicos e as suas formas de investidura; as prerrogativas do estado e as garantias do servidor; regime estatutário e regime contratual; vínculo estatutário e vínculo empregatício; cargo público e emprego no setor privado; A ética profissional do servidor público.

● Os princípios norteadores do serviço público – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; poderes e deveres do administrador público: dever de agir, dever de eficiência, dever de probidade, dever de prestar contas; poder disciplinar, poder de polícia, poder discricionário.

● As diversas organizações do terceiro setor e suas especificidades.

● Globalização e neoliberalismo: desregulamentação, privatizações e abertura dos mercados de bens e de capitais; reorientação do papel do estado: da produção à regulação de bens e serviços; a defesa do interesse público na competição globalizada: Estado e agentes econômicos privados internacionais; novos princípios de gestão pública: planejamento participativo; democratização do Estado; promoção da cidadania. A nova orientação estratégica de governo federal: inclusão social e redução das desigualdades; crescimento econômico com geração de emprego e renda; promoção da cidadania e fortalecimento da democracia.

**Referências Básicas**

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política.

Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 1, “A grande

dicotomia: público/privado”, p. 13-31.

CARVALHO, Iuri M. O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado:

parâmetros para uma reconstrução. In: **Revista Diálogo Jurídico**, n. 16, Salvador,

2007. Disponível em: Acesso em: 18 jun. 2009.

Meirelles, Helly Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 14. ed. São Paulo: Revista

dos Tribunais, 1989.

NASCIMENTO, Márcio G. O controle da administração pública no Estado de Direito.

**Direitonet**, 2005. Disponível em: Acesso em: 18 jun. 2009.

PÓ, Marcos V.; ABRUCIO, Fernando L. **Desenho e funcionamento dos**

**mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras**

**semelhanças e diferenças**. In: RAP, nº 40 vol. 4, jul/ago 2006. p. 679-98.

**Referências Complementares**

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir & GENTILI,

Pablo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. UnB. 1986.

\_\_\_\_\_\_\_\_. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. Trad.

Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 3, “Estado, poder e

governo”, p. 53-133.

BORÓN, Atilo. Las 'reformas del estado' en América Latina: sus negativas

consecuencias sobre la inclusión social y la participación democrática. In: **Consejo**

**Latinoamericano de Ciencias Sociales**, 2004.

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. **A reforma do Estado nos anos 90**: lógicas e

mecanismos de controle. Brasília: Mare, 1997.

\_\_\_\_\_\_. Da administração pública burocrática à gerencial, **Revista do Serviço**

**Público.** Brasília: ENAP. Volume 120, n. 1, jan-abr, 1996.

DINIZ, Paulo. **Responsabilidade social empresarial e sociedade política**:

elementos para um debate acerca da questão social no neoliberalismo. Monografia

apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de

Uberlândia, como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais,

Uberlândia, 2007. Capítulos 1 e 2. Disponível em: Acesso em: 18 jun. 2009.

FIORI, José Luis. **Em busca do dissenso perdido**: ensaios críticos sobre a

festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

HARVEY, D. Neoliberalismo como destruição criativa. **InterfacEHS – Revista de**

**Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**. 2006. Disponível em:

<http://www.interfacehs.sp.senac.br/images/artigos/74\_pdf.pdf>. Acesso em: 18 jun.

2009.

HOBBES, Thomas. **Leviatã**: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e

civil. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat. **Do espírito das leis**. 2. ed. São

Paulo: Abril Cultural, 1979.

PAES DE PAULA, Ana. Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a

Gestão Social. In: **RAE**, FGV, Volume 45, Número 1, Jan/Mar 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural,

1987.

SAES, Décio. A política neoliberal e o campo político conservador no Brasil atual. In:

**República do capital** – capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo,

Bomtempo, 1998.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva.

3. ed. Brasília: Editora UnB, 1994.

**Disciplina 5 – Planejamento Estratégico Governamental**

**Ementa**

Introdução ao Planejamento Estratégico. Aspectos Gerais e Históricos. O Desenvolvimento Planejado. Evolução do Planejamento no Brasil. Abordagem Crítica do Modelo Brasileiro de Planejamento Governamental. Plano Plurianual.

**Referências Básicas**

ALMEIDA Paulo R. **A experiência brasileira em planejamento econico**: uma

síntese histórica, 2004. (Mimeo).

CRISTO, Carlos Manuel Pedroso Neves. Prospectiva estratégica: instrumento para a

construção do futuro e para a elaboração de políticas públicas. **Revista do Serviço**

**Público**, Ano 54, n.1, jan/mar, 2003.

ETKIN, Jorge. **Política, Gobierno y Gerencia de las Organizaciones**. Buenos

Aires: Prentice Hall, 2000.

FISCHMANN, Adalberto A.; ALMEIDA, Martinho I. R. de. **Planejamento estratégico**

**na prática**. São Paulo: Atlas, 1995.

LIMA, Blanca Olias de (Coord). **La Nueva Gesti Pública**. Madrid: Pearson

Educación S.A., 2001.

MATUS Carlos. **O método PES**. São Paulo: Fundap, p. 51-100, 1995.

\_\_\_\_\_\_. **Adeus senhor presidente**: governantes governados. São Paulo: Fundap,

p. 19-70, 1996.

\_\_\_\_\_\_. **Política, planejamento e governo**. Brasília: IPEA, 1996.

MINTZEMBERG, Henry. **Saf疵i de estratégia**. São Paulo: Bookman, 1999.

\_\_\_\_\_\_. **Ascensão e queda do planejamento estratégico**. São Paulo: Bookman,

p. 183-256, 2004.

MINTZEMBERG, Henry; JORGENSE, Jan. Uma estratégia Emergente para la

Política Publica. In: **Gesti y Política Pública**, v. 4, n. 1, México, primer semestre

de 1995.

OLIVEIRA, Djalma de P. R. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia,

práticas. São Paulo: Atlas, 1988.

**Referências Complementares**

OLIVEIRA, José A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes

visões e práticas. In: **RAP**, Rio de Janeiro, n. 40, v. 1, p. 273-88, mar/abr, 2006.

**Disciplina – Politicas Públicas**

**Ementa**

Sociedade. Política. Política Pública. Análise política. Análise de políticas. As principais abordagens na análise de políticas públicas e o modelo sistêmico. A concepção do “ciclo da política”. Atores políticos (stakeholders). Interesses e expectativas. Poder e recursos de poder. Bem público. Escolha racional. Experiências inovadoras que criam novas esferas públicas de negociação e de participação popular: conselhos, redes, parcerias e novos arranjos institucionais no nível local de governo. A formação de agenda de políticas públicas. Tipos de demandas. Decisão. Não-decisão. Arenas políticas. Padrões de comportamento e interação dos atores. Modelos de análise do processo decisório: racional, organizacional e modelo da política burocrática. As lógicas do processo decisório:

racional-compreensiva, incremental e mixed-scanning. Relações entre formulação e implementação. Modelos de implementação de políticas. Avaliação. Acompanhamento. Monitoramento. Pesquisa Avaliativa. Tipos de avaliação. Critérios de avaliação. Controle e avaliação de políticas públicas. Políticas Públicas: conceitos e evolução no Brasil. Regularidades das políticas públicas no Brasil. Novos papéis e responsabilidades dos entes federativos nas políticas públicas.

**Referências Básicas**

Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. In: **Rev. bras. Ci. Soc**., Jun. 1999, vol.14, n. 40, p.111-141.

COTTA, Tereza Cristina. Metodologia de avaliação de programas e projetos sociais:

análise de resultados e de impacto. In: **Revista do Serviço Público**, n. 2, abr-jun

1998.

COUTINHO, Luciano. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In:

FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**.

Petrópolis, Vozes, 1999.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. Campinas: Papirus, 1996.

DERLIEN, Hans Ulrich. Una comparación internacional en la evaluación de las

políticas públicas. In: **Revista do Serviço Público**, n. 1, jan-mar, 2001.

DRAIBE, Sônia Miriam. Qualidade de Vida e Reformas Sociais: O Brasil no Cenário

Latino-Americano. **Lua Nova**, n. 31, 1993, p. 5-46.

\_\_\_\_\_\_. Uma Nova Institucionalidade das Políticas Sociais? Reflexões a propósito

da experiência latino-americana recente de reformas e programas sociais. In: **São**

**Paulo em Perspectiva**. Vol. 11, n. 4, out-dez 1997, p. 3-15.

DUNN, William N. **Public policy analysis**: An introduction. 3. ed. Upper Saddle

River, New Jersey: Prentice-Hall, 2004.

DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. 11. ed. Upper Saddle River, New

Jersey: Prentice-Hall, 2005.

ELIAS, Paulo Eduardo. Reforma ou Contra-Reforma na Proteção Social à Saúde.

**Lua Nova**, n. 40/41, 1997, p. 193-215.

FAGNANI, Eduardo. Política Social e Pactos Conservadores no Brasil: 1964-1992.

In: **Cadernos FUNDAP** – Desafios da Gestão Pública Paulista. São Paulo: Fundap,

set-dez, 1996, p. 59-102.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação

governamental. In: **Revista Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, n.

23, jun., 2001.

LAURELL, Ana Cristina. Para um novo Estado de Bem-Estar na América Latina. **Lua**

**Nova**, n. 45, 1998, p. 187-204.

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos. Reforma do Estado no Setor de Saúde no Reino

Unido e nos Estados Unidos. In: **Cadernos ENAP**, n. 13, 1997, p. 79-112.

MELLO, Guiomar Namo. Políticas Públicas de Educação. In: **Estudos Avançados**

(USP), vol. 5, n. 13, 1991, p. 7-47.

MENY, Ives; THOENIG, Jean-Claude. **Las políticas públicas**. Madrid: Ariel, 1992.

MESA LAGO, Carmelo. Desarrolo social, reforma del Estado y de la seguridad

social, al umbral del siglo XXI. In: **Revista del CLAD**: Reforma y Democracia. n. 15,

outubro de 1999, p 7 – 70.

MILANI, Carlos R. S. Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema

gestão versus política. In: **Sociologias**, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 180-214.

MISHRA, Ramesh. **O Estado-providência na sociedade capitalista**. Portugal:

Celta Editora, 1995.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil**: Clientelismo e Insulamento

Burocrático. Brasília: ENAP, 1997.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação: Um caminhar para o mesmo lugar. In:

LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação**: Balanço do Governo FHC.

Petrópolis: Vozes, 1999, p. 133-152.

PATTON, Carl V.; SAWICKI, David S. **Basic methods of policy analysis and**

**planning**. 2. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 1993.

RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais**. São Paulo: Cortez,

1999.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. O impasse da “formação nacional”. In: FIORI, José

Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis:

Vozes, 1999.

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. 1

“Teoria social e análise de políticas públicas”, pp. 11-14, e Cap. 2 “Legislação,

instituições e recursos da política social brasileira”, p. 15-44.

SUBIRATS, Joan. **Análisis de politicas públicas y eficácia de la Administraci**.

Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas, 1994.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. In: **Revista de**

**Administração Pública**, vol. 30, n. 2, mar-abr 1996, p. 5-43.

**Referências Complementares**

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. **Sistematizando e comparando os Enfoques de**

**Avaliação e Análise de Politicas Públicas**: uma contribuição para a área

educacional. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Educação da

Universidade Estadual de Campinas, 2007.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes á

prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: **Revista de Sociologia e**

**Política**, v.17, n.15, nov, 2000.

HAM, Cristopher; HILL Michael. **O processo de elaboração de políticas no Estado**

**capitalista moderno**. Campinas, 1996. (tradução para o português de The policy

process in the modern capitalist state. Londres, 1993, sob a responsabilidade de

Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política

Científica e Tecnológica da Unicamp).

ROTH, André-Noël. **Políticas públicas**: formulación, implementación y evaluación.

Bogotá: Ediciones Aurora, 2006.

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. 4

“Teoria do laissez-faire repressivo à cidadania em recesso”, p. 71-82, e Cap. 5

“Acumulação e eqüidade na ordem autoritária brasileira”, p. 83-123.